

6) Recebido em 30/6/2022

Na reunião de 5 de julho de 2022 foi rejeitado com os votos contra dos deputados do PS, WPS a favor do PSD, CH, PCP e IL, registado a ausência do BE.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
Deputado Alexandre Quintanilha

Assunto: Requerimento para audição urgente da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre os problemas da Ação Social Escolar no Ensino Superior e as medidas que o Governo tenciona adotar para os combater no próximo ano letivo

O Estado tem, de acordo com o artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, a responsabilidade direta sobre a Educação, em todos os seus graus de ensino, e tem de "garantir a todos os cidadãos o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística", bem como "estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino".

Compete-lhe financiar o sistema de ação social escolar do Ensino Superior, na realização dos objetivos de política educativa constitucionalmente definidos. Por isso, não deve imputar os custos da garantia da igualdade de acesso e frequência aos estudantes e às suas famílias ou mesmo às Instituições de Ensino Superior Público. Pelo contrário, deve assegurar o direito à educação através de apoios diretos (bolsas de estudo) e indiretos, no plano da alimentação, alojamento, acesso a serviços de saúde e psicopedagogia, entre outros.

No contexto atual, com os impactos negativos da pandemia e da guerra, os apoios no âmbito da ação social escolar ganham especial importância por forma a mitigar os efeitos da perda de rendimentos e o aumento do custo de vida, sobretudo se tivermos em conta os cortes que aqueles apoios sofreram ao longo dos anos e que os tornam insuficientes para colmatar as necessidades sentidas no Ensino Superior.

No entanto, ao contrário da necessidade de um reforço urgente, têm sido registadas situações alarmantes de degradação dos serviços de Ação Social Escolar. Vejamos:

- Em Coimbra, atualmente só duas cantinas, as "Cantinas Azuis" e as "Cantinas das Químicas", servem o prato social, cujo preço também foi paulatinamente aumentado,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

sendo obrigatório o pagamento eletrónico. Somam-se ainda os processos de concessão dos bares das faculdades, os problemas e insuficiências no alojamento em residências universitárias e o abandono das Repúblicas por parte da Universidade;

- Em Lisboa, fecharam 3 residências geridas pelos SASUL (a residência do Lumiar, a residência Leite Vasconcelos e a residência de Monte Olivete) em consequência do aumento brusco das rendas pelos senhorios, desalojando cerca de 100 estudantes em plena época de exames. Noutras residências, encontram-se graves problemas materiais;
- No Algarve, existe apenas um gabinete de apoio psicológico, com 4 psicólogos para cerca de 9000 estudantes da Universidade;
- Em Aveiro, a cantina do Crasto, uma das duas cantinas na Universidade com refeição social, está fechada desde dezembro, devido à falta de trabalhadores e a pressão sobre a outra cantina recai sobre os estudantes que lá trabalham por €3,75/hora;
- Em Setúbal, a residência Fraústo da Silva da FCT tem graves problemas de salubridade e, no IPS, há apenas uma cantina;
- Em Rio Maior, a residência que o Governo garantiu construir, que resulta de diversos Orçamentos do Estado, tarda em ser construída;
- Em Bragança, no IPB não há residências para os estudantes no Pólo de Mirandela e em Vila Real, na UTAD, todas as cantinas fecharam, restando apenas uma.

Estes são apenas alguns exemplos do que está a acontecer um pouco por todo o país, fruto do desinvestimento e subfinanciamento do Ensino Superior.

O PCP defende uma conceção de ação social escolar no Ensino Superior assente no princípio de que deve ser assegurada a possibilidade real de frequência do Ensino Superior a todos os que, independentemente da sua situação económica, revelem capacidade para o frequentar. Não é esta a visão do Governo, que ao deixar desmantelar a Ação Social Escolar, assume que só pode estudar quem possa pagar os elevados custos de frequência.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

O PCP defende que devem ser tomadas, urgentemente, as medidas necessárias para se resolvam os problemas hoje sentidos no Ensino Superior para que se permita uma real igualdade no acesso e frequência no Ensino Superior.

Assim, nos termos regimentais devidamente aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP vem, por este meio, apresentar o requerimento para a audição urgente, da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em sede da 8.ª Comissão.

Palácio de S. Bento, 30 de junho de 2022,

As deputadas,

Diana Ferreira

Alma Rivera

